

“MINHA CASA, MINHA VIDA... MEU LAZER”: reflexão sobre o lazer em um empreendimento habitacional popular urbano¹

Shaiane Vargas da Silveira²
Parnaíba, PI, Brasil

Maria dos Remédios Andrade Pereira³
Parnaíba, PI, Brasil

RESUMO: O estudo sobre o empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, localizado na cidade de Parnaíba/Piauí, teve o objetivo de investigar os hábitos de lazer da população residente, a qualidade do espaço urbano e a percepção da importância do lazer na vida dessas pessoas. A área habitacional foi financiada pelo Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida” e, apesar da conclusão da obra em 2015, até o momento não dispõe de nenhum espaço ou equipamento formal de lazer. Na conclusão parcial do estudo foi analisada uma amostra de 25% das famílias residentes no local, mediante a entrevista com 141 moradores de residências diferentes, que informaram seus hábitos de lazer, a frequência e locais preferidos; o entendimento pessoal do significado de lazer; os principais aspectos que dificultam o seu lazer; a avaliação dos espaços de lazer em seu bairro e as sugestões para melhoria. “Minha Casa, Minha Vida...Meu Lazer” é um estudo que revela a necessidade da coleta de dados centrados na pessoa e na sua casa, pois de acordo com as conclusões da pesquisa a moradia representa o local predominante (41,1%) dentre os espaços de lazer da população de baixa renda.

Palavras-chave: Lazer. Políticas públicas. Habitação.

“MINHA CASA, MINHA VIDA... MEU LAZER”: Reflection about the leisure in a Urban Popular Housing Project

ABSTRACT: In the study about the house development of Residencial Colina da Alvorada I, located in the city of Parnaíba/Piauí, it is noticed the habits of leisure of the residence population, the quality of the urban space and the perception of leisure's importance in these people's lives. The resident area was financed by the federal program “Minha Casa, Minha Vida” and besides the conclusion of the construction in 2015, it doesn't dispose of any space or formal equipment of leisure yet. In the partial conclusion of the study, was analyzed a sample of 25% of the families

¹ Uma versão preliminar do texto foi apresentada no Fórum ABRATUR-2017, realizado em Recife/PE entre os dias 07 e 09 de junho de 2017.

² Doutora em Políticas Públicas, PDSE Instituto de Estudos de Ocio/Universidade de Deusto/Espanha. Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: shaiane@pq.cnpq.br

³ Discente do curso de Turismo, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil. Bolsista voluntária ICV/UFPI/2016.

residents in the local, through an interview, 141 dwellers from different homes, who informed their leisure habits, the frequency and favorite places; the personal understanding of the leisure's meaning, the main aspects that difficult its leisure, their rating on the spaces of leisure in the neighborhood and suggestions for improvement. "Minha Casa, Minha Vida...Meu Lazer" is a study that reveals the necessity in collecting data centered on the person and their home, because according with the conclusion of the research, the residence represents predominant local (41,1%) between the spaces of leisure for the low income population.

Keywords: Leisure. Public policy. Housing.

"MINHA CASA, MINHA VIDA...MEU LAZER": Reflexión sobre el Ocio en un Emprendimiento Habitacional Popular Urbano

RESUMEN: El estudio sobre el emprendimiento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, ubicado en la ciudad de Parnaíba / Piauí, tuvo el objetivo de investigar los hábitos de ocio de la población residente, la calidad del espacio urbano y la percepción de la importancia del ocio en la vida de esas personas. El área habitacional fue financiada por el Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida" y, a pesar de la conclusión de la obra en 2015, hasta el momento no dispone de ningún espacio o equipamiento formal de ocio. En la conclusión parcial del estudio se analizó una muestra del 25% de las familias residentes en el local, mediante la entrevista con 141 moradores de residencias diferentes, que informaron sus hábitos de ocio, la frecuencia y lugares preferidos; El entendimiento personal del significado del ocio; Los principales aspectos que dificultan su ocio; La evaluación de los espacios de ocio en su barrio y las sugerencias para la mejora. "Minha Casa, Minha Vida...Meu Lazer" es un estudio que revela la necesidad de encuestas centradas en la persona y en su casa, pues de acuerdo con las conclusiones de la investigación la vivienda representa el lugar predominante (41,1%) entre los espacios de ocio de la población de bajos ingresos.

Palabras-clave: Ocio. Políticas públicas. Vivienda.

Introdução

O Projeto de Pesquisa "Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer" está em desenvolvimento desde o mês de abril de 2016, vinculado às iniciativas do Coletivo Nordeste de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR, que constitui um grupo de pesquisa inserido no Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Turismo - EITUR, da Universidade Federal do Piauí.

O Projeto visa analisar o lazer como necessidade humana e um direito social, mediante a execução de várias etapas de estudo, dentre elas a identificação dos hábitos de lazer dos moradores do empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, na cidade de Parnaíba/Piauí. O Residencial Colina da Alvorada I constitui um

empreendimento habitacional construído com recurso do “Programa Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV, que é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi criado em 2009 com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal, na época, de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Para o período de 2009 a 2011 o Programa tinha como meta oferecer 1 milhão de casas, porém, de acordo com o Observatório de Metrôpoles⁴, realizou 100% dos contratos de construção destes imóveis mas entregou apenas 23% do total até junho de 2011. Para a segunda fase do Programa, correspondente até 2014, o número de unidades habitacionais subiu para 2 milhões e o custo da construção também evoluiu, passando de R\$ 42.000,00 para R\$55.000,00 cada. No ano de 2016 o Governo Federal confirmou o programa “Minha Casa Minha Vida III”, com o objetivo de facilitar para uma faixa maior de brasileiros a aquisição do imóvel próprio, ampliando o valor máximo do imóvel financiado.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Parnaíba já foram construídas, por meio do Programa MCMV, cerca de 2.000 (duas mil) unidades habitacionais nas áreas residenciais denominadas de Porto das Barcas e Colina da Alvorada I e II, nos bairros Planalto e João XXIII, todos considerados bairros de grande risco social em virtude do índice expressivo de homicídios, assaltos e tráfico de drogas noticiados pelos meios de comunicação. Atualmente se encontram em construção mais 1.200 (mil e duzentas) novas unidades.

A área de estudo do Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” compreende um desses novos espaços habitacionais na cidade de Parnaíba, denominado Residencial Colina da Alvorada I. O residencial é um empreendimento do tipo loteamento, composto de 494 casas térreas, dispendo da seguinte estrutura: dois quartos, sala, circulação, cozinha e banheiro. A infraestrutura é composta de rede de água, rede elétrica, iluminação pública e pavimentação das ruas em paralelepípedo e de um deficiente transporte coletivo.

No âmbito geral, avaliado criticamente por Cardoso (2013), o Programa MCMV apresenta alguns problemas estruturais que necessitam de revisão imediata, tendo em vista que já se encontra em sua terceira fase de execução. São três problemas principais ressaltados pelo autor, quais sejam: (i) a localização dos imóveis, em áreas isoladas, distantes e que acabam gerando valorização da terra e conseqüentemente a especulação imobiliária; (ii) o projeto arquitetônico sem adaptação regional, com má

⁴ Notícia veiculada em Observatório das Metrôpoles. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1695:desafios-para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida&catid=43:noticias&Itemid=114&lang=pt#>. Acesso em ago. 2017

qualidade nas construções e com modelo condominial inadequado ao poder aquisitivo e renda dos proprietários; (iii) o dimensionamento dos projetos, com conjuntos muito grandes, sem integração com a cidade e com insuficiência de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos. No município de Parnaíba a problemática não é diferente, evidenciando os itens apontados por Cardoso (2013) e indicando a necessidade emergente de acompanhamento dos resultados e possível colaboração na correção dos erros.

Como critica Rolnik (2012), a proposta do Programa MCMV está focada principalmente no direito ao bem de consumo reduzido à casa. Apesar disso convém evidenciar que os princípios em que o Programa se constitui são mais amplos que isso, porém pouco concretizados na realidade. Um exemplo claro está na carta de adesão dos municípios ao Programa, onde cada municipalidade se compromete com “a execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos” através da instalação ou ampliação dos equipamentos e serviços de educação, saúde, transporte e lazer dos novos espaços habitacionais. Via de regra tal compromisso não está sendo cumprido e, pelo contrário, os conjuntos habitacionais estão cada vez mais distantes dos centros urbanos e desassistidos de serviços, equipamentos e infra-estruturas que atendam as necessidades dos futuros moradores.

O foco do estudo, que se desenvolve na área, está na temática do lazer, sob a ótica que promove Silveira (2015), ao destacar que “é preciso analisar a essencialidade do lazer como direito que permite ao indivíduo liberdade de expressão e satisfação de suas necessidades imateriais” (SILVEIRA, 2015, p.17).

Visto que a maior parte do contingente populacional das grandes cidades brasileiras vive em situação de desigualdade⁵, percebe-se a importância de políticas públicas, como garantia de que essas pessoas irão ter acesso a direitos como transporte, habitação, saneamento básico, segurança, conforto ambiental, enfim, todos os elementos que compõem o bem-estar de uma cidade, inclusive o elemento lazer, que independe de traços e operações exclusivamente materiais.

A luta por reforma urbana extrapola a ideia de direito à moradia como um direito a uma mercadoria de consumo, colocada à disposição no mercado, porque inclui a concepção de um novo projeto de sociedade, muito bem descrito na entrevista de Raquel Rolnik à revista *Le Monde Diplomatique Brasil*: “O direito a moradia não é o de ter quatro paredes e um teto em cima da cabeça, mas sim uma porta de entrada para uma qualidade de vida decente, uma forma de acesso a outros direitos como educação, saúde, meio ambiente saudável, trabalho...Ou seja, não é o direito a possuir um bem”. (ROLNIK, 2012)

Compreendemos desta forma que o direito à moradia inclui a satisfação das

⁵ De acordo com a Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, publicado pela Organização das Nações Unidas, o indicador que mede a diferença entre ricos e pobres no Brasil é superior à média da América Latina e insere o País numa das piores posições do ranking, com um Coeficiente de Gini de 37%.

necessidades humanas e vai além de “quatro paredes” contemplando também o espaço de vivência social e ambiental, o espaço do lazer. Sendo assim é imprescindível enxergar o lazer para além de uma política de atividades culturais e equipamentos esportivos mas sim como expressão da garantia de qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas no contexto dos espaços habitacionais. Com referência a Damatta (1991) tanto a casa como a rua são espaços onde nos realizamos como seres humanos. A casa, restrita mais ao ambiente familiar e a rua ao público, coletivo e diverso. Em oposição ao tempo de trabalho, que se desenvolve quando estamos fora de casa, o tempo livre está presente em ambos espaços, em ambas dimensões. Trata-se de um tempo de liberdade para realizar aquilo que nos faz sentir bem. Nessa perspectiva o direito à moradia que expande as quatro paredes de uma habitação, abriga também o direito ao lazer, compreendendo o entorno da casa como ambiente propício à implementação de políticas públicas que garantam o uso adequado do tempo livre de acordo com os benefícios proporcionados pelo lazer.

Refletindo ao nível das teses para humanização da viagem de Krippendorf (1989) os benefícios de um lazer humanizado, ou mais, de um cotidiano humanizado, permitem que as viagens voltem a ter aquele perfume de aventura rara e excitante, ao invés de um meio de fuga do dia-a-dia ou momentos de descanso e retomada dos ânimos. Vale ressaltar que o autor faz o seguinte alerta:

A liberdade de não viajar e descansar em casa é sobretudo um apanágio daqueles que estão bem instalados e vivem num ambiente privilegiado. Se desejamos realmente exigir que todos renunciem de vez em quando a uma viagem, deveríamos, antes, modificar e melhorar as condições gerais da existência. (KRIPPENDORF, 1989, p. 217)

A partir deste alerta surge a indagação das condições da população de baixa renda para o alcance de lazer humanizado, onde a viagem se torna aventura rara e excitante, e sobre essa liberdade de não viajar e ficar em casa, quando a própria casa não oferece meios construtivos de satisfação das necessidades de “ser, ter, estar e fazer”, que constituem a nossa própria identidade.

A pesquisa em desenvolvimento, que se divulga neste artigo, está dividida em três etapas, quais sejam: 1. Caracterização da comunidade e seus hábitos de lazer; 2. Aplicação da Matriz de necessidades de Max-Neef para verificação das formas de satisfação das necessidades existenciais (ser, ter, estar e fazer) e, por último, 3. Proposição de um sistema de indicadores para a formulação e avaliação de políticas públicas de lazer para populações vulneráveis.

Fundamentação Teórica

Como direito social, o lazer é considerado uma dessas prestações sociais que o Estado está obrigado a atender, representando um bem social indispensável cujo avanço abre as potencialidades dos indivíduos em busca de uma vida com qualidade.

Ainda que o direito ao lazer esteja constitucionalmente legitimado no Brasil, no senso comum o fenômeno ainda é depreciado e pejorativo, tal qual rotulam os provérbios populares antigos⁶, principalmente em países que ainda não alcançaram uma cobertura de bem-estar social satisfatória para sua população. Neste caso, em que o Brasil se mostra como exemplo, a realidade cotidiana se expressa pela busca individual dos direitos mínimos de sobrevivência e pela oferta do Estado de serviços e infraestrutura básica que atendam a maioria de uma população carente, com poucas expectativas para o lazer.

Ainda assim, diante de um quadro que parece desfavorável, consideramos relevante o estudo deste tema, pois é na qualidade do uso do tempo livre que são fundadas as bases do desenvolvimento humano, perpassando diversas etapas de nossa própria existência e várias gerações da nossa sociedade. Ademais, as estatísticas globais demonstram que, mesmo nos países em desenvolvimento, houve diminuição das horas de trabalho, aumento significativo do tempo livre e expansão da expectativa de vida, fatores que têm impacto na economia, na educação, na política, na cultura e na subjetividade dos indivíduos. Soma-se ainda o fato de que mesmo nas condições mais adversas sempre existe um espaço para a brincadeira, a festa, o jogo (CASCUDO, 2004) e tantas outras manifestações de lazer que fazem parte da "casa e da rua" da população brasileira (DAMATTA, 1991).

Diante deste quadro, ressignificar o lazer exige uma mudança qualitativa que equipare os valores hedonistas (bem-estar, felicidade, prazer e diversão) com os atributos de uma experiência pessoal consciente, capaz de garantir benefícios individuais e coletivos, os quais caracterizam as políticas públicas de lazer como resposta à demanda coletiva das classes sem disposição para o consumo, mas abertas ao que Cuenca Cabeza (2000) define como um modo de ser e perceber, um estado mental ou ainda um âmbito da experiência humana.

Nos apropriamos das teorias do ócio humanista, em desenvolvimento no *Instituto de Estudios de Ocio*, da Universidad de Deusto/Pais Basco/Espanha, para afirmar que a vivência plena do indivíduo se produz quando aceitamos o lazer como experiência completa e com sentido, ou seja, quando existe um processo com início, meio e fim.

⁶ O antigo ditado "Mente vazia, oficina do Diabo", é um exemplo dessa apropriação popular atemporal e imutável, representando um desdobramento daquilo que o filósofo e teólogo Ramon Llull registrou sobre a ociosidade no Livro dos Mil Provérbios, escrito no ano de 1302. Em tal registro encontramos o que o pensamento lulliano julga como verdades e nos deparamos com ditados do tipo "A alma do bem que é ociosa é diligente do mal", "Devido à ociosidade estás negligente para ganhar virtudes", "Repreende a ociosidade com a consciência, a contrição e a devoção" e, para fechar de forma inusitada, "A ociosidade e a tristeza são vizinhas". Csikszentmihalyi também exemplifica esse entendimento torpe, advertindo sobre um ditado característico da ética protestante: "O homem honesto tem suas dores e depois goza o prazer; o servente goza o prazer e, em seguida, sofre a dor" (CSIKSZENTMIHALYI, 2010, p. 315, tradução nossa).

La vivencia de ocio gana significación, importancia y calidad en la medida que se separa del mero «pasatiempo» y se incardina en nuestras vidas rompiendo las barreras del tiempo objetivo. La experiencia de ocio se enriquece al fijar su realidad en presente, procesual y significativamente, con el pasado y el futuro que le corresponde. El tiempo que precede a la realización de una actividad de ocio no tiene que ser necesariamente «tiempo libre», ni tampoco su tiempo posterior. La vivencia de una experiencia de ocio se inicia, o puede iniciarse, mucho antes de la realización de la actividad en sí misma. (INSTITUTO DE ESTUDOS DE OCIO, 2000, s.n.)

A partir desta pauta, que justifica a ação proposta, aprofundamos nosso estudo na revisão bibliográfica da obra do autor chileno, Prêmio Nobel Alternativo de Economia (*Right Livelihood Award*) em 1983, Manfred Max-Neef, lançando como desafio ampliar a justificativa do lazer como necessidade humana e sua incorporação nas políticas públicas para o segmento.

Perversamente, a lógica do capital está presente em quase todas as instâncias de nossas vidas e no que tange ao lazer a realidade não seria diferente, pois a “indústria do entretenimento” investe crescentemente numa concepção de lazer baseada no consumo, que Pellegrin (2006, p. 108) caracteriza como “um campo vasto de investimento e exploração de negócios lucrativos, uma vez que é possível trabalhar a partir dessa demanda de ‘felicidade’ pelo consumo” sob a exploração de uma oferta diversificada de viagens, espetáculos, esportes, compras, tecnologia, etc.

É uma realidade que, segundo Baumann (2001) expressa o abandono da economia produtivista por uma economia consumista, que mais tarde o autor vai identificar como a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, caracterizando a mudança de paradigmas, com o abandono da centralidade no trabalho em direção à valorização do consumo que caracteriza a modernidade privada, regulada e compulsiva.

Por outro lado, no encaminhamento político, dentre as declarações, cartas, convenções, recomendações, comunicações ou outros documentos que configuram uma agenda pública internacional, o protocolo internacional que destacamos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se apresenta atual na luta pelos direitos ao repouso e lazer, à proteção da infância, ao padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, à participação livre na vida cultural e artística da comunidade e à liberdade.

Partindo do enfoque do espaço como instância social, compreendemos importante citar a “Carta Mundial pelo Direito à Cidade” pois define este direito como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado que inclui a concepção de um novo projeto de sociedade.

O direito à moradia inclui a satisfação das necessidades humanas e vai além de “quatro paredes” contemplando o espaço de vivência social e ambiental, ou seja, o espaço do lazer. Sendo assim é imprescindível enxergar o lazer para além de uma política de atividades culturais e equipamentos esportivos mas sim como expressão da

garantia de qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas no contexto dos espaços habitacionais.

Analisando por outros focos, lembramos que o terceiro artigo da "Carta da Filadélfia" proclama solenemente que a Organização Internacional do Trabalho tem a obrigação de auxiliar as Nações do Mundo na execução de programas que visem, dentre outros aspectos listados, obter um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura aos trabalhadores, princípios que foram incorporados no Brasil pela legislação trabalhista e na atuação de organismos fundadores do serviço de assistência aos trabalhadores da indústria e comércio.

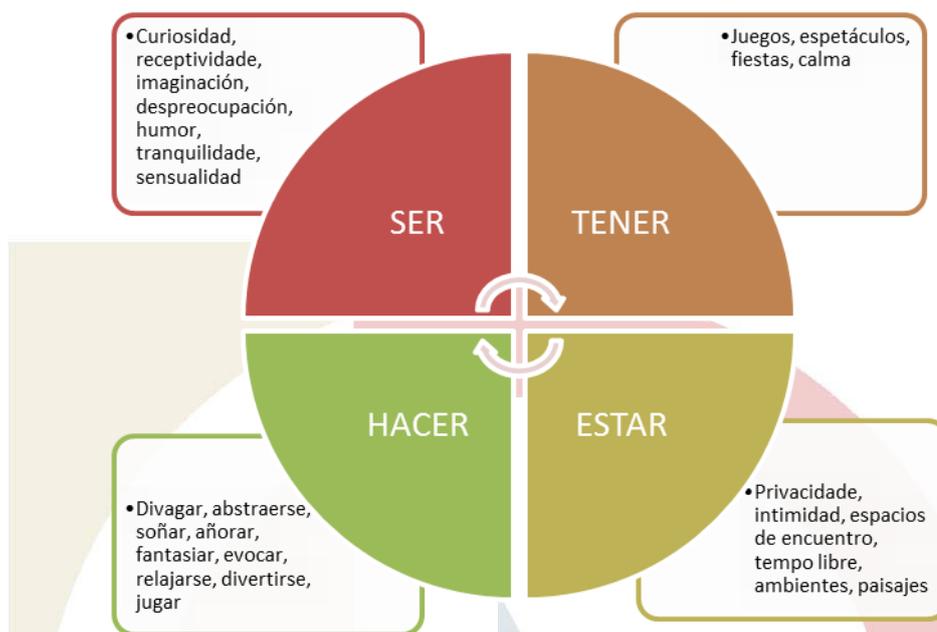
A "Carta Internacional de Educação para o Lazer", subscrita pela *World Leisure Organization - WLO*, considera que o lazer seja:

Uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual social, artística ou espiritual. O lazer promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. (WORLD LEISURE ORGANIZATION, 1993, p. 1).

Compreender o lazer como uma necessidade básica e coletiva permite visualizar o alcance de suas políticas públicas no enfrentamento do mercado, do consumo e da alienação e como resposta à problemática social, uma vez que o lazer, além de constar como direito constitucional, está registrado no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Igualdade e Diversidade e no Estatuto das Cidades.

Consagra nossa abordagem conceitual a escolha do sistema de necessidades de Max-Neef (1998), para o qual nossos procedimentos incluem o uso da matriz de necessidades e sua adaptação como instrumento de pesquisa nas atividades de investigação do Projeto. No aspecto específico do lazer, o quadro elaborado pelo autor, que reelaboramos graficamente, apresenta a necessidade do lazer (necessidade axiológica) e suas formas de satisfação, de acordo com as necessidades existenciais.

Figura 1: Matriz de Necessidades e "Satisfatores" relacionados ao ócio



Fonte: Adaptado de MAX-NEEF, M. A.

Desarrollo a escala humana. Barcelona: Publicaciones Icaria, 1998.

A partir da visualização do lazer no sistema de necessidades de Max-Neef podemos observar o potencial para o desenvolvimento de novas abordagens sobre políticas públicas. Comumente as atuais políticas enfatizam indicadores centrados em atividades, gastos, receita, empregos ou espaços de lazer – que são insuficientes e tendem a ignorar os critérios centrados na pessoa (por exemplo, satisfação com as experiências de lazer). Na vanguarda, observamos que pesquisas internacionais já vêm enfatizando que é possível realizar a relação entre qualidade de vida mensurando um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos, que incluem a observação dos níveis de satisfação e seus benefícios. (CLARK *et al.*, 1990; LLOYD & AULD, 2002; BRAJŠA-ŽGANEC; MERKAŠ; ŠVERKO, 2011)

Em busca da humanização do cotidiano, enunciaremos ideais que fundamentam um conceito ressignificado de lazer, elaborados a partir da visão de diferentes autores:

- Experiência pessoal não obrigatória, livre e permitida ou que permite, seja o descanso, o desfrute, o desenvolvimento humano enfim, tudo que não for guiado por metas ou utilidade. (CUENCA CABEZA, 2000,2011).
- Necessidade humana que tem fim em si mesmo e tem relação com o estado físico, emocional, intelectual e espiritual da pessoa. (CUENCA CABEZA, 2000).
- Fenômeno individual e social, de autoafirmação e identificação do indivíduo e seu coletivo. (HUIZINGA, 1972; ISO-AHOLA, 1980; NEULINGER, 1974).

- Satisfação que se garante pela motivação e exercício da liberdade percebida, em contraposição ao exercício da liberdade determinada. Supõe a liberdade “para” ao invés da liberdade “de”. (CSIKSZENTMIHALYI, 2010; DUMAZEDIER, 1980; FROMM, 1974).
- Experiência de caráter processual que faz parte de nossas vidas por meio de um diálogo temporal entre passado, presente e futuro, conformando uma vivência completa para além de atividades objetivamente consideradas, como o mero passatempo ou a recreação compensatória. (CUENCA AMIGO, 2009).

Todos os elementos indicados acima representam atributos de uma experiência de lazer positiva que, adotando o conceito de *flow*, do psicólogo Csikszentmihalyi (2010), podemos designar como experiência valiosa⁷ “ou que converte-se no maduro e completo *ócio humanista*, de Cuenca Cabeza (2000).

Metodologia

A metodologia utilizada na etapa de identificação dos hábitos de lazer dos moradores do empreendimento habitacional Residencial Colina da Alvorada I, utilizou uma abordagem teórica centrada na perspectiva do lazer como necessidade humana e direito social. A partir dessa abordagem foi selecionado o sistema de coleta de dados, mediante o planejamento e elaboração do instrumento de pesquisa, a determinação da amostra populacional e a definição do método de análise mais adequado. Detalhamos a seguir cada um dos passos executados, a partir do enfoque conceitual delineador do estudo já apresentado.

Na etapa de coleta de dados foi adotado o método *survey*, de pesquisa qualitativa aplicado às ciências sociais, para identificação do elenco de hábitos de lazer da população residente na área de estudo. Para Mello (2013) “é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro”.

Não podemos descartar, entretanto, que foram realizadas visitas aos órgãos públicos municipais diretamente ligados à questão urbana e habitacional da Prefeitura Municipal de Parnaíba para então elaborar uma caracterização do empreendimento habitacional. Além dos órgãos públicos, foi realizada visita à empresa de consultoria Asteca, que desenvolve trabalhos na área e fez o levantamento do total de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) famílias beneficiárias das unidades habitacionais do Residencial Colina da Alvorada I.

Indicado o universo populacional da área de estudo, foi definido um percentual de 25% como amostra da pesquisa, tendo em vista que esta escolha proporcionaria uma

⁷ Essa relação é discutida por Monteagudo (2004) ao se referir sobre os repertórios de lazer.

margem de erro de 5% e um nível de confiança de 90%, considerados adequados para nosso estudo. Considerando a taxa de resposta foram confeccionados 150 questionários, cobrindo, assim, uma amostra de 30% das famílias.

A coleta de dados, por meio do questionário semi-estruturado foi feita no mês de julho de 2016 junto ao público alvo escolhido para realização da pesquisa. Utilizou-se a técnica de Amostragem por Conglomerados, dividindo o número de casas entrevistadas por quarteirões da área de estudo. O critério estabelecido para a participação na pesquisa foi residir na casa e ter acima de 15 anos. Contendo 19 questões, seis abertas e 13 fechadas, o questionário foi aplicado com uma duração estimada de cerca de 10 minutos.

Como os participantes da pesquisa não são identificados e não há riscos a sua integridade como entrevistado, foram adotadas as instruções da resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que possibilita a dispensa de registro ou avaliação pelo sistema dos comitês de ética em pesquisa, para pesquisa de opinião pública com participantes não identificados (BRASIL, 2016).

Análise e Discussão dos Resultados

O Residencial Colina da Alvorada I está localizado na zona leste do município de Parnaíba/PI, conta com um total de 494 (quatrocentos e noventa e quatro) residências compostas por estrutura padrão de dois quartos, sala, circulação, cozinha e banheiro. O local está praticamente todo habitado, e a infraestrutura é composta de rede de água, rede elétrica, iluminação pública e pavimentação das ruas em paralelepípedo e de um deficiente sistema de transporte coletivo. Faltam espaços de lazer, como praças e quadras de esportes e os moradores improvisam lugares para a prática de jogos, como futebol, em um terreno próximo ao posto de saúde. Há ruelas e terrenos invadidos, que possivelmente são áreas reservadas para equipamentos públicos.

Quanto à segurança observamos a falta de manutenção em postes de rede elétrica e até mesmo a falta dos mesmos, deixando os moradores inseguros. No entorno do empreendimento há duas unidades básicas de saúde, que se localizam no conjunto João XXIII, e no Conjunto Raul Bacelar, distantes aproximadamente 1.600m do empreendimento. Além das estruturas comentadas, ainda não foi instalada a escola e a Unidade Básica de Saúde da Família – UBSF foi construída mas possui apenas uma enfermeira.

A partir da análise dos 141 (cento e quarenta e um) questionários respondidos, a maioria dos respondentes se declarou como *chefe da família* (52,5%), seguido de *filhos* (19,1%) e *cônjuge* (14,9%). Entraram nestas declarações, com baixo percentual, outras situações como *avô* e *outros parentes*. Sendo assim, observamos que a faixa etária predominante foi de 25 a 39 anos de idade (41,8%), seguido de 40 a 54 anos de idade (23,4%). Os grupos de *solteiros* e *casados* ficaram próximos, com 38,3% e 32,6% dos respondentes respectivamente. No perfil dos entrevistados também destacamos que a

maioria dos respondentes se declarou *parda* (68,8%) e do sexo *feminino* (70,2%). A questão da escolaridade é bem diversa, porém a maioria tem o *ensino fundamental incompleto* (31,9%).

No aspecto dos hábitos de lazer foram apresentados questionamentos sobre a frequência da realização das atividades de lazer; o significado de lazer; os espaços de maior frequência nas atividades de lazer; a avaliação do respondente sobre os espaços de lazer de seu bairro; a importância do lazer e sua relação com a qualidade de vida; e por fim quais dificuldades o entrevistado identifica para a plena satisfação do seu lazer.

Sobre a frequência da realização das atividades de lazer, observamos que é preocupante o percentual de pessoas que afirma *não realizar nenhuma* atividade de lazer (25,5%), num percentual que supera as realizações *quinzenais* (7,8%) e *mensais* (24,8%).

Daqueles que declararam realizar atividades *semanais* (29,8%), o principal hábito de lazer de segunda-feira a sexta-feira é *assistir televisão*, (20% dos entrevistados). Uma pequena porcentagem indicou a igreja como uma fonte de lazer semanal. Quanto às atividades de lazer *quinzenais*, a opção pela *praia* foi de 45% das pessoas, ficando em segundo lugar as *visitas a parentes e casa de amigos*.

No questionamento sobre o significado do tempo livre abordamos três diferentes perspectivas como opções de resposta ao tema. Os resultados demonstraram que a maioria da população entrevistada indicou o tempo livre como: *quando não estou trabalhando* (48%), *quando desenvolvo a criatividade em algo prazeroso* (32%) e *quando estou livre das obrigações sociais* (19%).

Quanto aos espaços de maior frequência nas atividades de lazer a *própria residência* é o lugar onde os moradores realizam suas atividades de lazer com predominância (41,1%), ficando *outros bairros* em segundo lugar, 36,2% e a *rua* em terceiro, com 12,1%.

A avaliação do respondente sobre os espaços de lazer de seu bairro revelou que 90% dos entrevistados respondeu que o bairro *não possui nenhum espaço de lazer*, apenas 1% dos entrevistados apontou a igreja como um espaço de lazer.

Ainda no aspecto da avaliação, o questionário apresentou uma escala de valores para o entrevistado classificar os espaços livres públicos de seu bairro. Nesta questão 56,7% da amostra indicou a opção *péssimo*, 24,8% *ruim*, 1% *ótimo* e 9% *bom*.

Diante da possibilidade de reconhecer a opinião dos moradores, um dos questionamentos foi a sugestão por equipamentos de lazer necessários ao Residencial Colina da Alvorada I. Assim, 85% dos entrevistados sugeriu uma *praça* para que as crianças possam brincar a vontade, 70% indicou uma *quadra poliesportiva*, 30% sugeriu um *parque* e 15% indicou uma *academia pública*.

Na questão sobre a importância do lazer e sua relação com a qualidade de vida observamos que para a maioria ampla dos entrevistados o *lazer é importante na sua vida* (89,4%). Ainda assim foi registrado o percentual de 7,8% de pessoas que declaram que o *lazer não é importante em sua vida*. Identificada essa importância, numa escala de

valores os entrevistados indicaram se a relação entre qualidade de vida e lazer para eles era pequena, média ou grande. E as respectivas respostas foram 29%, 50% e 62%.

Ao final do questionário os entrevistados foram indagados sobre as questões que dificultam o seu lazer e o *fator financeiro* foi apresentado como empecilho por 33,3% das respostas. O *trabalho* foi apontado em 23,4% e a *falta de transporte* em terceiro, com 15,6%.

Conclusão

Diante dos resultados apresentados nossas conclusões se apresentam para um recorte populacional que, de certa forma, é capaz de ser evidente não apenas no Residencial Colina da Alvorada I mas em vários outros empreendimentos habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil.

A situação que se coloca em evidência é que a maioria das moradias apresenta a mulher como chefe de família e que, apesar da valorização e importância que dão ao lazer, percebendo a sua relação com a qualidade de vida, não conseguem usufruir de seus benefícios, tendo em vista que 29% declara realizar alguma atividade de lazer semanalmente mas um percentual muito próximo, de 25,5% nada realiza. Tal resultado, quando associado aos indicadores de desigualdade⁸ de gênero, retratam a realidade da mulher brasileira, que embora tenha maior expectativa de vida e escolaridade do que os homens ainda detêm uma renda per capita 66,2% inferior a do sexo masculino.

No conjunto de dificuldades observadas na pesquisa ficou claro que o ambiente residencial em que vivem os entrevistados não dispõe de espaços, equipamentos e atividades de lazer e por isso tem como avaliação os indicadores *péssimo* e *ruim*.

Numa realidade onde o lazer no espaço de vivência cotidiana, que é a casa, não apresenta meios de satisfação dessa necessidade, muitos acabam procurando em áreas externas (espaços e equipamentos de lazer em outros bairros) essa satisfação, porém ainda enfrentam dificuldades pela falta de dinheiro, tempo (que é consumido pelo trabalho) e transporte.

Citamos em nossa reflexão inicial uma das teses para a humanização das viagens, de Jost Krippendorf, pois a ideia de viajar com menos frequência, ficando em casa de vez em quando para reativar a aventura das viagens é uma proposta que está longe da realidade estudada, já que para a população de baixa renda não é a liberdade que lhe permite a escolha de viajar ou não, e ainda, de aproveitar o lazer em seu ambiente residencial. “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” constitui um novo apelo, em complemento ao próprio nome do Programa Federal MCMV, pois insere o direito ao lazer para humanização do cotidiano, beneficiando vários fatores da vida em sociedade, inclusive das viagens.

Como vimos no exemplo do Residencial Colina da Alvorada I, os espaços

⁸ Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015.

habitacionais de baixa renda não atendem com plena satisfação e prazer os moradores, principalmente quando o aspecto em análise é o lazer. Bem próximo dessa realidade observamos outras pesquisas com o mesmo perfil e descrevemos a seguir a conclusão de pesquisadores sobre a percepção dos moradores de quatro empreendimentos habitacionais localizados no Estado do Pará:

De modo geral, quando questionados sobre variáveis referentes à inserção urbana – acessibilidade a equipamentos sociais (posto de saúde, posto de polícia, escola), comércio, trabalho e lazer –, a percepção dos moradores foi de piora nestes itens (...). (AMORE; SHIMBO & RUFINO, 2015, p. 384)

Reforça a constatação apresentada as informações da Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a política e as obras de habitação social do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tal documento expressa que em alguns dos empreendimentos avaliados “os entrevistados reclamavam da ausência de espaços para a prática de esportes coletivos e da deterioração dos espaços construídos” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016). O relatório registra ainda que a ausência de áreas de lazer e esportivas para ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes contribui para a marginalização dos mesmos, o que nos alerta para novas perspectivas de avaliação de políticas públicas.

Em geral, as políticas públicas de lazer enfatizam indicadores centrados em atividades, gastos, receita, empregos ou espaços de lazer – que são insuficientes e tendem a ignorar os critérios centrados na pessoa (por exemplo, satisfação com as experiências de lazer). Por isso há de se enfatizar que o lazer é “uma dimensão da cultura, constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo” (GOMES, 2003, p. 297).

Como dimensão cultural também devemos compreender o lazer a partir de suas determinações sócio-históricas que, nas palavras de Silveira (2015, p. 22) podem ser assim manifestadas:

Como um fenômeno ressignificado na era moderna, o lazer foi apropriado como um exemplo concreto da tensão entre trabalho e capital, perpassando por relações de hegemonia poderosas e duradouras, que expressam determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo modo de produção.

É por isso que a conclusão da primeira etapa do Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer”, que caracterizou a comunidade do Residencial Colina da Alvorada I e seus hábitos de lazer, indica a necessidade de aprofundamento do estudo em outros empreendimentos habitacionais para então chegar à identificação e comparação das relações de hegemonia expressas nas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais que os rodeiam.

O compromisso do Estado com o lazer está historicamente situado na conversão de interesses, contextos e teorias, que ressignificaram o conceito de lazer ao longo da história da humanidade. No cenário atual o processo de ressignificação do lazer tem como principal característica a ruptura com o capital, que vem se apresentando como uma tarefa difícil, mas cuja origem remonta outras transformações exigidas socialmente e que tendem a compreender o lazer, com todas as suas contradições, como fim em si mesmo.

Em políticas públicas, se analisamos a crise do *welfare state*, veremos que uma das estratégias mais defendidas foi a privatização dos programas de bem-estar social, por duas razões distintas: a primeira de diminuir o gasto público e estimular a independência e a segunda de responder às demandas individualistas e diferenciadas da sociedade “pós-industrial”. (ESPING-ANDERSEN, 1995)

Sem a ressignificação de sentido, as políticas públicas de lazer, assim como as políticas universais de caráter não seletivo, tendem a se aproximar do cenário da crise do *welfare state*, pelas razões já apresentadas, e que podemos exemplificar no debate do prolongamento da expectativa de vida da população, visto como um problema para muitos gestores públicos. Na visão de um ministro japonês tal “problema” se resolve com a seguinte atitude: “Deixe as pessoas idosas se ‘apressar e morrer’”. No Dossiê Envelhecimento, publicado pela revista *Le Monde Diplomatique*, esse e outros depoimentos chocantes são revelados pelo escritor Jérôme Pellissier que lembra, nas palavras de Arendt, que a persistência em conceber o mundo em termos utilitários irá produzir uma massa de pessoas que poderão se tornar supérfluas” (PELLISSIER, 2013, s.n.)

É curiosa também a declaração, no mesmo Dossiê, do editorialista da revista *Le Quotidien du Médecin*: “Se fôssemos extremamente cínicos, diríamos que chega um momento em que, do ponto de vista da despesa pública, seria melhor que morressem aquelas pessoas que querem ficar ociosas”. Tal declaração apresenta uma dupla falta de conhecimento, revertida num preconceito sobre a pessoa idosa e sobre o ócio, que sabemos tem sua negação desde a Idade Média.

A problemática nacional relacionada ao tema justifica nosso estudo com a afirmativa de que urge uma conversão ideológica que considere a emancipação do lazer, numa mesma lógica de ruptura com o capital.

Enquanto o próprio espaço de habitação não oferecer meios construtivos de satisfação das necessidades de “ser, ter, estar e fazer”, que constituem a nossa própria identidade, certamente haverá um distanciamento do ideal humanista de lazer e viagens para as populações de baixa renda. A pesquisa de caracterização da comunidade do Residencial Colina da Alvorada I e seus hábitos de lazer demonstrou a importância do lar na satisfação do lazer, lembrando que, de acordo com as palavras de Rolnik (2012), o lar não se restringe apenas a quatro paredes pois insere todo o entorno como porta de entrada que dá acesso a outros direitos e qualidade de vida.

Enfim, vinculado às iniciativas do Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer – CONTEMPLAR, da Universidade Federal do Piauí, o Projeto de Pesquisa “Minha Casa, Minha Vida... Meu Lazer” tem ainda duas etapas a serem finalizadas, são elas a Aplicação da Matriz de necessidades de Max-Neef e a Proposição de um sistema de indicadores para a formulação e avaliação de políticas públicas de lazer para populações vulneráveis. Com estes desdobramentos será possível apresentar à comunidade acadêmica e sociedade em geral informações e ferramentas para uma aproximação dos ideais humanistas nos aspectos da habitação e lazer.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editores, 2001.

BRAJŠA-ŽGANEC, A., MERKAŠ, M. & ŠVERKO, I. Quality of Life and Leisure Activities: How do Leisure Activities Contribute to Subjective Well-Being? **Social Indicators Research.**, v. 102, n. 1, p.81–91, May 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: Acesso em: 21 out 2017.

CARDOSO, Adauto. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2013.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e Cultura**. São Paulo/SP: Global Editora, 2004.

CLARK, S.M. *et al.* Time use and leisure: Subjective and objective aspects. **Social Indicators Research.**, v. 23, n. 4, p.337–352, December 1990.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Leisure and Socialization. In: ROJEK, C. (Org.). **Leisure studies**. Los Angeles/EUA: Sage, 2010. p.315-323.

CUENCA AMIGO, Jaime Cuenca. Tiempo ejemplar: El ocio y los mundos vivenciales. In: CUENCA CABEZA, Manuel; GUTIÉRREZ, Eduardo Aguilar. **El tiempo del ocio: transformaciones y riesgos en la sociedad apressurada**. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2009. p. 57-73.

CUENCA CABEZA, Manuel. **Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio**. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2000.

_____. Valores que dimanam del ocio humanista. In: ORTUZAR, Aurora Madariaga y

CUENCA AMIGO, Jaime (Org.). **Los valores del ocio: cambio, choque e innovación.** Documentos de Estudios de Ócio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 43, 2011. p. 17-48.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 1991.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo/SP: Perspectiva: SESC, 1980.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **RBCS – Lua Nova**, São Paulo/SP, n. 35, p. 73-111, 1995.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (V). **Carta Mundial pelo Direito à Cidade.** Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FROMM, Erich. **Medo à liberdade.** Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1974.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de Recreação e Lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964).** 2003. 322f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2003.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens.** Madrid/Espanha: Alianza Editorial, 1972.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE OCIO. **Manifesto por um Ocio Humanista.** Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto [2000?]. Disponível em <http://www.ocio.deusto.es>.

ISO-AHOLA, Seppo E. **Social psychological perspectives on leisure and recreation.** Dubuque/EUA: W. C. Brown, 1980.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro/RJ: Editora Civilização Brasileira, 1989.

LLOYD, K.M. & AULD, C.J. The Role of Leisure in Determining Quality of Life: Issues of Content and Measurement. **Social Indicators Research.**, v.57, n. 1, p. 43–71, January 2002.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana.** Barcelona: Publicaciones Icaria, 1998.

MELLO, Carlos (Org.). **Métodos quantitativos: pesquisa, levantamento ou survey.** Disponível em:<http://www.carlosmello.unifei.edu.br/Disciplinas/Mestrado/PCM10/SlidesMestrado/Metodologia_Pesquisa_2012-Slide_Aula_9_Mestrado.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

MONTEAGUDO, Maria J. Los beneficios del ocio, ¿qué son y para qué sirven? **ADOZ. Revista de Estudios de Ocio.** Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 28, p. 63-72, 2004.

NEULINGER, John. **The Psychology of Leisure**. Chicago/EUA: Charles Thomas, 1974.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da Filadélfia**. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, Corpo e Sociedade: articulações críticas e resistências política. In: PADILHA, Valquiria. (Org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo/SP: Cortez, 2006. p. 104-125.

PELLISSIER, Jérôme. Com que idade nos tornamos velhos? **Dossiê Envelhecimento. Revista Diplomatique Brasil**. Junho 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. Disponível em: <http://parnaiba.pi.gov.br/phb/>. Acesso em: 20 jan 2017.

ROLNIK, Raquel. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. **Revista Diplomatique Brasil**, São Paulo/SP, 6 fev. 2012. Entrevista a Luis Basilino.

SILVEIRA, Shaiane Vargas. **Da "Política de Instante" à "Política para o Instante"**: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer. 2015. 249f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis/MA, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria**. Acórdão 2456/2016. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#!/detalhamento/11/*KEY%3AACORDA%20OCOMPLETO-2012910/DTRELEVANCIA%20desc/false/1 > Acesso em: ago. 2017.

WORLD LEISURE ORGANIZATION. **International Charter for Leisure Education**. Cedar Fall/EUA: WLO, 1993.

Endereço para correspondência

Av. São Sebastião, 2819 Campus Ministro Reis Velloso. Orientadora ICV/UFPI.



Recebido em:
10/03/2017
Aprovado em:
12/04/2017